

Entre Pedro Duarte, Luís Neves e o Governo, há uma espécie de alucinação coletiva

Leonardo Soares · 29.10.2026

ECONOMIA · SOCIEDADE · POLÍTICA

Em vez de assumir as suas responsabilidades em matéria de habitação, e concertar um debate nacional alargado para discutir soluções de habitação, urbanismo e mobilidade, o Governo optou por procurar dividir a sociedade, apontando o dedo aos manifestantes, e chamando egoístas aos milhares de cidadãos que têm protestado por um futuro que lhes foi negado, reivindicando o direito à habitação.

A cidade do Porto voltou a ser palco de uma repressão policial desmedida e desproporcional às manifestações pelo direito à habitação, que têm acontecido diariamente de forma pacífica na praça D. João I, e agora também no Rossio, em Lisboa.

Tal como se pode ler numa notícia do jornal Expresso publicada neste sábado, dia 24 de outubro, milhares de manifestantes concentraram-se na Praça da Batalha, no Porto, e desceram as ruas da cidade «ao som de batuques, bombos e palmas», para se juntarem a outras centenas de pessoas que aguardavam, na Praça D. João I, «a manifestação ao som de música, sol e sob a vigilância de dezenas de polícias de intervenção».

A caixa de pandora que se abriu na cidade do Porto, logo no início das acampadas e a primeira ronda de carga policial, teve de resto um efeito de mobilização do Norte ao Sul do país, com milhares de pessoas a manifestarem-se nas ruas de Lisboa, e outras centenas de populares a protestarem em Braga, Coimbra, Évora e Faro.

Perante o silêncio e a impopularidade do Governo na opinião pública, depois da primeira atuação policial na cidade do Porto, esperava-se que o sol de outono preservasse a festa da democracia que se viveu durante o dia de sábado; mas o otimismo voltou a ser engolido na madrugada de domingo, depois de uma nova intervenção policial violenta que varreu as tendas na praça D. João I no Porto, e no Rossio em Lisboa, com dezenas de feridos à mistura, e pelo menos 31 detidos. Nesta operação, que parece ter sido coordenada ao milímetro entre o Porto e Lisboa, as forças de segurança fecharam ruas inteiras, e carregaram sobre manifestantes – e populares que por ali passavam – com bastonadas, empurrões e cães atizados, incluindo até perseguições deliberadas e balas de borracha em Lisboa.

Nas ruas gentrificadas do Porto, a atuação policial ao serviço do Governo é o único motivo de insegurança.

Apesar da brutalidade das atuações das forças de segurança, num serviço encomendado por um Ministro da Administração Interna altamente fragilizado, perante os casos mediáticos em que tem sido envolvido, o povo continua a responder nas ruas com manifestações pacíficas.

Nas ruas gentrificadas do Porto, a atuação policial ao serviço do Governo é o único motivo de insegurança. Para Pedro Duarte, que se prepara para instalar câmaras de videovigilância na cidade, não deixa de ser irónico que o sentimento de insegurança na cidade venha precisamente de série de acontecimentos consequentes das suas declarações, ao dizer que seria «implacável» com as tendas na praça D. João I. Pedro Duarte não só compactuou, como de resto apadrinhou os autoritarismos de Luís Neves, e a péssima comunicação e sentido democrático deste Governo.

Perante uma crise da habitação que é incontestável na Europa, o Governo decidiu ir pela pior via possível: em vez de assumir as suas responsabilidades em matéria de habitação, e concertar um debate nacional alargado para discutir soluções de habitação, urbanismo e mobilidade, o Governo optou por procurar dividir a sociedade, apontando o dedo aos manifestantes, e chamando egoístas aos milhares de cidadãos que têm protestado por um futuro que lhes foi negado, reivindicando o direito à habitação.

Em vez de assumir as suas responsabilidades em matéria de habitação, e concertar um debate nacional alargado para discutir soluções de habitação, urbanismo e mobilidade, o Governo optou por procurar dividir a sociedade, apontando o dedo aos manifestantes, e chamando egoístas aos milhares de cidadãos que têm protestado por um futuro que lhes foi negado, reivindicando o direito à habitação.

O sentimento de contestação cresce nas ruas medievais do Porto, cada vez mais entregues a hotéis e fundos de especulação imobiliária. A crise da habitação juntou centenas de pessoas na luta por um direito consagrado na Constituição. A crise dialética de Pedro Duarte convenceu os portuenses de que não será este executivo a resolver o problema, e colocou milhares de populares nas ruas. A prepotência de Luís Neves e a alienação de Luís Montenegro fizeram transplantar as sementes, e serviram para que várias associações e cidadãos de outras zonas do país se associassem ao movimento pela habitação.

Entre Pedro Duarte, Luís Neves e o Governo, há uma espécie de alucinação coletiva. A praça D. João I é agora, mais do que nunca, um lugar de convívio depois de um dia de trabalho; um espaço de música, arte e cultura; um imaginário político comum em torno das questões da habitação; um palco de democracia participativa, onde acontecem assembleias populares todos os dias; um encontro de vozes mais ou menos afinadas, que se fazem ecoar pela cidade. Entre o Porto e Lisboa, entre a Praça D. João I e o Rossio, estes lugares de encontro são a nova pólis de uma sociedade que se uniu para que toda a gente possa ter direito a uma casa.

Fotos: Leonardo Soares